



EIXO TEMÁTICO:
Organização e Representação da Informação e do Conhecimento

FROHMANN E A QUESTÃO DO REGIME DE INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DA ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO: APORTE TEÓRICO DISCURSIVO

FROHMANN AND THE QUESTION OF INFORMATION REGIME IN THE CONTEXT OF THE KNOWLEDGE REPRESENTATION AND ORGANIZATION: THEORETICAL CONTRIBUTION DISCURSIVE

Larissa Mello Lima - larissalima.unesp@gmail.com

Mariana Silva Caprioli - mariana.caprioli@gmail.com

Ana Laura Silva Xavier - analaura.sx@gmail.com

João Batista Ernesto Moraes - prof.joao@gmail.com

Resumo: A Ciência da Informação surge no Brasil na década de 1970, sendo importante destacar uma série de fatores que interligados caracterizam as instâncias de validação científica propriamente discursivas e institucionais na área como, por exemplo, o fato da Unesco ter sugerido a Fundação Getúlio Vargas a criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, atual IBICT. Sendo assim, neste estudo será abordado a ampliação das instâncias de validação científica no contexto da representação e organização do conhecimento a partir da criação da ISKO Brasil, GT2 do ENANCIB e dos programas de pós graduação no Brasil que possuem linhas de pesquisa na temática: como IBICT, USP, UNESP, UNB, UFMG. Desta forma, buscou-se interligar a perspectiva institucional com a discursiva e se ater ao conceito de “Regime de Informação” apresentado por Frohmann (1995). Para tanto, será apresentada a interlocução deste conceito com o contexto brasileiro da Ciência da Informação à luz da matriz teórica da Análise do Discurso de origem Francesa. Como resultado preliminar sinaliza-se que o conceito de “Regime de Informação” de Frohmann (1995), em relação a Ciência da Informação, relaciona dinâmicas de poder propriamente discursiva. Conclui-se, desta forma, que o conceito de Regime de Informação de Frohmann (1995) interliga a perspectiva institucional com a discursiva ao tornar possível a compreensão das instâncias de validação científica da Ciência da Informação no Brasil situadas enquanto atores que relacionam dinâmicas de poder.

Palavras-Chave: Ciência da Informação. Organização da Informação. Linguística.

Abstract: Starting from the fact that the Information Science in Brazil arises in Brazil in the 1970s is important to point out a series of interconnected factors that characterize scientific validation of instances properly discursive and institutional area. As an example, the fact that Unesco has suggested the Getulio Vargas the creation of the Brazilian Institute of Bibliography and Documentation Foundation, current IBICT shows that the strength of these institutional ties is determined by power relations biased by information policies. Thus, interest in this study, more specifically characterize the expansion of scientific validation of instances in the context of representation and organization of knowledge from the creation of ISKO Brazil, GT2 of ENANCIB and graduate programs in Brazil that have lines research on

the theme: how IBICT, USP, UNESP, UNB, UFMG. Thus, we sought to link the institutional perspective with the discursive and stick to the concept of "Information System" presented by Frohmann (1995). Therefore, dialogue will be presented to this concept with the Brazilian context of information science in the light of the theoretical framework of the French origin of Discourse Analysis. As a preliminary result indicates that the concept of "Information System" of Frohmann (1995), for Information Science, related dynamics properly discursive power. It follows, therefore, that the concept of Frohmann Information System (1995) connects the institutional perspective with a speech by making it possible to understand the scientific validation of instances of Information Science in Brazil located as actors relating power dynamics.

Keywords: Information Science. Information Organization. Linguistic

1 INTRODUÇÃO

O modo como a informação é materializada através do meio institucional é esclarecida por Frohmann (1995). Ele introduz o conceito de "Regime de Informação" comentando que este possui uma estrutura polêmica na medida em que é formada por grupos sociais, artefatos científicos, tecnológicos e discursos. Ele denomina esta estrutura como híbrida, na medida em que carrega olhar discursivo e social de forma simultânea.

Este viés é importante de ser explorado na medida em que a Ciência da Informação também convive com uma multiplicidade de agentes de caráter híbrido, responsáveis por fomentar a área em contexto nacional.

Exemplos destes agentes podem ser caracterizados a partir da Unesco, da Fundação Getúlio Vargas, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD, atual IBICT), do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação e dos programas de pós graduação da área com grupos de estudo na temática de organização e representação do conhecimento.

Ou seja, a partir deste respaldo institucional há a caracterização de instâncias de validação científica propriamente discursivas e institucionais que impulsionaram o nascimento da Ciência da Informação no Brasil na década de 1970 e sua maturação ao longo das décadas. Interligar a perspectiva institucional com a discursiva é se ater ao conceito de "Regime de Informação" apresentado por Frohmann.

2 AS INSTÂNCIAS DE VALIDAÇÃO CIENTÍFICA DA ÁREA DE ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

A partir da década de 1990 pode-se dizer que a Ciência da Informação passa por uma fase de maturação tornando-se importante investigar, de maneira mais verticalizada, a área de Organização e Representação do Conhecimento que tem sido objeto de pesquisa em diversos estudos. É possível partir para esta verticalização através do levantamento, caracterizado por Guimarães e Dodebei (2012, p. 16) “da trajetória do ENANCIB (por meio do GT-2) e dos programas de pós-graduação na área, dos quais notadamente o IBICT, a USP, a UnB, a UFMG e a UNESP possuem especificamente [...] linhas de pesquisa dedicadas a tal temática.”

O primeiro Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib) aconteceu em abril 1994 por iniciativa do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da UFMG. A temática de organização e representação do conhecimento aparecia de maneira tangencial através do grupo de trabalho 3 denominado “Representação do Conhecimento, indexação, teoria da classificação” que contou com esta denominação até o 5º encontro em 2003, a partir do segundo encontro a posição do grupo de trabalho mudou ocupando o GT 2, que é a que caracteriza a temática até hoje.

O Enancib representa uma matriz efetiva de enunciações da temática de Organização e Representação do Conhecimento. A partir das discussões ocorridas no grupo de trabalho que caracteriza a temática em interlocução com os demais, foi possível a criação ISKO no Brasil, representando assim um feixe responsável por legitimar a institucionalização da área.

Nota-se que a institucionalização da área possui relação dicotômica com seus canais de comunicação.

Sobre estes, Mueller (2000) destaca que:

Para que uma ciência efetivamente se constitua e se institucionalize com uma disciplina, é necessário que além das bases filosóficas e conceituais, exista a confiabilidade do conhecimento produzido. É, portanto, uma das características mais importantes para a ciência e que a distingue do senso comum. Além do uso de métodos e técnicas para a geração e divulgação do conhecimento e resultados advindos das pesquisas empreendidas pelos cientistas, devem ser divulgados e julgados por seus pares estabelecendo assim o nível de confiabilidade esperado. Esse sistema de comunicação compreende canais formais e informais para a comunicação dos resultados

obtidos e aquisição de informação acerca das pesquisas realizadas por outros pesquisadores.

Por ser uma Ciência caracterizada como recente em que os limites que a formam enquanto disciplina estão tangenciados pela interdisciplinaridade, acredita-se que seus canais de comunicação formais não se restringem aos periódicos e livros, mas se estendem através dos canais da comunicação informais como os trabalhos apresentados em eventos científicos materializados nos anais destes eventos. A conjectura entre eles forma os regimes de informação da área.

Neste contexto a trajetória do GT2 do ENANCIB, da ISKO, e os produtos documentais como as teses e dissertações de programas de pós graduação que possuem grupos de pesquisa na temática de organização e representação do conhecimento (IBICT, a USP, a UnB, a UFMG e a UNESP), formam as duas esferas de comunicação científica; formal e informal. Ambas formam os regimes de informação que serão caracterizados a partir da institucionalização destes canais.

Segundo Guimarães e Dodebei (2012) foi no Enancib em Florianópolis, em 2005, que os pesquisadores sobre Organização e Representação do conhecimento alavancaram esforços para a criação da ISKO no Brasil. Resultado de tais esforços acarretou dois anos mais tarde o nascimento oficial da mesma. Em “2007, no ENANCIB de Salvador, a ISKO-Brasil teve seu nascedouro oficial, inicialmente abrigada pelo GT-2 da ANCIB.” (GUIMARÃES; DODEBEI, 2012, p.16).

Pode-se dizer assim que a ISKO compartilha com o GT2 do Enancib uma camada de enunciações a nível institucional formando um regime de informação que tangencia o citado por González de Gómez (2012).

A partir de Frohmann (1995), González de Gómez (2012) pontua que a criação do então IBBD, atual IBICT, indicou o surgimento de um novo regime de informação no Brasil, uma vez que sua criação foi oriunda de uma parceria da Unesco com a Fundação Getúlio Vargas, por intermédio de seu representante no Brasil, Paulo Carneiro, o qual indicou Lydia de Queiroz Sambaquy, juntamente com Jannice Monte-Mór, para percorrerem as principais bibliotecas e centros de documentação da Europa e Estados Unidos durante quase um ano, viagem essa, que tinha a finalidade de fomentar o estabelecimento de centros bibliográficos nacionais, se beneficiando da política da Unesco.

Tal ação contou com o apoio da Fundação Getúlio Vargas e serviu para ampliar as ideias de Lygia de Queiroz Sambaquy sobre a estruturação que um órgão

que fosse dedicado a trabalhos bibliográficos deveria possuir para impulsionar atividades científicas e tecnológicas do país. Tal criação confirma a teoria de regime de informação, que se trata de:

Um regime de informação seria o modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 43).

O novo regime de informação que surgia, caracterizado pela centralidade do fenômeno informacional, apenas viria a se desenvolver plenamente ao longo das décadas seguintes, mas nesse momento já definia suas diretrizes, pautado no surgimento do IBBD e nas novas posturas profissionais.

Este trabalho visa mostrar que a Análise do Discurso de matriz Francesa, preocupada com o contexto em que tal discurso está sendo construído, com os atores e entidades envolvidas, se relaciona diretamente com o Regime de Informação, uma vez que

[...] pode-se concluir que o regime de informação seria aquele que reúne atores e artefatos em práticas de informação que giram em torno de um interesse comum e em cujas relações se legitimam políticas explícitas ou implícitas que direcionam e ordenam essas práticas. Representa um conceito estrutural e estruturante para a Ciência da Informação porque não se prende à informação em si mesma, mas ao real objeto de estudo da disciplina, ou seja, ao conjunto de relações que a informação estabelece ao redor dos múltiplos interesses de atores e pela adoção específica de artefatos direcionados pelas práticas informacionais desses sujeitos (MAGNANI; PINHEIRO, 2011, p. 16).

A partir de tal caracterização é possível entender que a Ciência da Informação não conta apenas com o regime de informação já enunciado acima a partir do IBBD, mas sim com uma série de agentes institucionais que se ramificam e legitimam as temáticas da área, formando regimes de informação tangenciais que serão caracterizados através de uma figura nos resultados deste trabalho.

3 METODOLOGIA: ANÁLISE DO DISCURSO DE MATRIZ FRANCESA EM RELAÇÃO COM REGIME DE INFORMAÇÃO

A metodologia utilizada utiliza o aporte da Análise do Discurso de matriz Francesa que apresenta uma definição extremamente estruturada segundo Orlandi:

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 1999, p. 15).

De tal forma, a autora indica que a Análise do discurso não trabalha com a língua como um sistema abstrato, mas com ela no mundo, levando em consideração a produção desses sentidos em suas vidas, enquanto sujeitos ou enquanto membros de uma sociedade.

Entende-se que a linguagem não é um instrumento que se encontra facilmente visível e transparente, por este motivo a Análise do discurso, procura detectar como um texto significa, indo muito além de padrões e de como cada objeto em seu contexto significa.

Então a Análise do discurso, busca compreender não somente a prática de linguagem, mas também a parte simbólica e em como isso constrói o ser humano enquanto pessoa.

A matriz francesa tem suas características pautadas no tipo de discurso escrito, doutrinário e institucional, tem seus objetivos de propósitos textuais, de explicação, forma e construção do objeto, construída sobre o estruturalismo, envolvendo, dessa forma, a linguística e a história. A Análise do Discurso de Matriz Francesa, segundo Foucault (1986), nasce do estruturalismo especulativo que tem bases em trabalhos com matrizes filosóficas e ideológicas, mas vem para modificar essa estrutura, pois visa a compreender o fenômeno da linguagem não concentrado apenas na língua, mas considerando também os elementos que a extrapolam.

A Análise do Discurso, então, trabalha na relação entre o linguístico e o ideológico, na medida em que todo e qualquer discurso sofre a ação da ideologia que o atravessa.

No que tange ao percurso histórico e evolutivo da escola francesa da Análise do Discurso é possível citar Foucault e Pêcheux na década de 1970 como precursores na formação do quadro epistemológico da disciplina. Começou-se a delinear neste período as correntes norteadoras da disciplina com M. Pêcheux (1975) e D. Maingueneau. A denominada Escola Francesa de Análise do Discurso possui três fases fundamentais delimitadas por Pêcheux.

Fregonezi (2002, p.104) retoma Pêcheux (1975) e explica que a AD da primeira geração, nos anos 60 e início de 70, procurava colocar em evidência os

detalhes de formações discursivas (o discurso comunista, socialista, etc.), considerados como espaços relativamente auto-suficientes, apreendidos a partir de seu vocabulário. (FREGONEZI, 2002, p.104).

Ou seja, a raiz da Análise do Discurso desta corrente Francesa está no entendimento de que é possível intervir na sociedade por meio e através da linguagem, dando destaque para os então discursos políticos. Na obra de Pêcheux (1983) “Análise Automática do Discurso”, a evolução teórica da disciplina é marcada através da categorização de três fases.

Na primeira fase AD-1, o *corpus* de análise era formado por espaços discursivos denominados estáveis e homogêneos: Nesta primeira fase imagina-se que exista um conjunto de enunciados que compõe um discurso idêntico a si mesmo e diferente de outros: o que está contido num discurso está excluído de outro. Por exemplo, o discurso médico é composto de enunciados relativos ao corpo, à saúde. A expressão “o sujeito é assujeitado” pertence a essa fase.

É possível perceber que a questão da ideologia afeta e perpassa os ideais desta fase, na medida em que a questão da enunciação é entendida a partir da lógica de que o discurso está submetido a regras específicas que ultrapassam o indivíduo e sua consciência. Ou seja, a dimensão social e histórica orienta as ideias desta fase. Na segunda fase, a AD-2, Fregonezi (2002) explica que os estudos de Foucault (1986) trouxeram à tona a questão da formação discursiva levando a desconstrução da ideia de homogeneidade das condições de produção. Uma formação discursiva passa a ser caracterizada enquanto dispersão dos enunciados.

A questão do interdiscurso passa a ser elemento que deve ser considerada na constituição de toda análise. Na terceira fase, a AD-3, Pêcheux traz à tona a questão da heterogeneidade discursiva. Neste momento, a polifonia passa a ser discutida na medida em que os enunciados de cada discurso levam a memória de outros discursos.

É importante entender a multiplicidade de abordagens que o objeto discurso pode assumir. A vertente centrada nos postulados de Van Dijk (1972), denominada Análise Crítica do Discurso, busca analisar enunciações focando-se nos problemas sociais e mecanismos políticos da atuação discursiva. Pode-se dizer que a escola Francesa da Análise do Discurso e a análise crítica do discurso compartilham o olhar sob a dimensão textual discursiva enquanto uma ruptura com a materialidade

linguística.

A abordagem deste trabalho parte da teoria discursiva da Escola Francesa de Análise do Discurso. Pêcheux (1975) refere-se a esta como efeito de sentido entre interlocutores. Retomar Pêcheux e a perspectiva e memória discursiva é, de certa forma, se aliar à perspectiva de Ducrot (1987, p. 94) que em uma de suas hipóteses considera que, para compreender um enunciado, o locutor cumpre “as leis que regulamentam a tomada da palavra na coletividade linguística a que pertence”.

Bronckart (2008, p. 90) segue tal linha de pensamento ao entender o locutor como “textualizador”. “Instância a qual o autor empírico de um texto confia a responsabilidade sobre aquilo que vai ser enunciado.” A partir deste processo o autor explica que são caracterizadas as vozes que são expressas no texto, ligando-se assim com a perspectiva de Ducrot ao considerar que os sentidos estão sempre carregados de outros significados.

A partir deste procedimento, passou-se a entender que a Análise do discurso de matriz Francesa, não se limita a estudos linguísticos, se tratando da parte de analisar somente a parte gramatical da língua, como também leva em conta os aspectos externos a língua como os elementos históricos, sociais, culturais, ideológicos que permeiam a produção de um discurso e que por tal motivo, nele se reflete. Tais elementos externos são partes essenciais de uma abordagem discursiva.

Tem-se então:

Um conceito fundamental para a AD é, dessa forma, o de condições de produção, que pode ser definido como o conjunto dos elementos que cerca a produção de um discurso: o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam, a imagem que fazem de si, do outro e do assunto de que estão tratando. Todos esses aspectos devem ser levados em conta quando procuramos entender o sentido de um discurso (BRANDÃO, 2004, p. 6).

O discurso está em constante influência, como visto, de elementos que o cercam, e dessa forma, observa-se que o contexto institucional é de grande relevância no momento da análise de um discurso. Pontuando acerca desta perspectiva Pêcheux (1975) nos lembra que se ater ao contexto é levar em conta uma sequência linguística flexível na medida em que

É impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas [que] é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido de condições de produção (PÊCHEUX, 1975, p. 74).

Estar sofrendo constante influência do contexto em que se está inserido leva-se a definição de Formação Discursiva e Ideológica, tão presentes na A.D. e que leva a melhor compreensão acerca do tema. Dessa forma

Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, em uma formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina "o que pode e o que deve ser dito" (articulado sob a forma de uma alocução, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (PÉCHEUX 1975, p. 160).

Baseado em um determinado contexto, pautado em determinada Formação Ideológica, a Formação Discursiva determina o que pode ou não ser dito, levando a concluir que um discurso construído irá depender do contexto inserido, ou seja, de quem o fala, como o fala, em que época o fala, entre outros para expressar o que se deseja.

Interligar o olhar discursivo com o viés institucional que consolida as práticas científicas, é se ater ao conceito de Regime de Informação proposto por Frohmann (1995). Ou seja, o regime de informação trata-se de um modo informacional em uma organização social, o qual define quem são, neste contexto, as organizações e em qual contexto estão inseridos.

Ou seja, o regime de informação trata-se de um modo informacional em uma organização social, o qual define quem são, neste contexto, as organizações e em qual contexto estão inseridos. Partindo dessa definição, tem-se que

[...] um *regime de informação* seria o modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 43, grifo do autor).

Assim, observa-se que tanto a Análise do discurso de Matriz Francesa, quanto o regime de informação tratam do discurso impresso em um determinado contexto, a primeira se importando com os elementos que permeiam a formação do discurso, sendo o âmbito histórico-social ou qual a instituição de onde fala esse discurso, ou seus interlocutores, o assunto de que se está tratando, enquanto o regime de informação se trata de um modo informacional em uma organização social, ao qual define quem são, nesta situação, as organizações e em qual contexto estão inseridos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No que tange ao delineamento do conceito de Regime de Informação, Carvalho (2009, p. 214) nos explica que:

Frohmann (1995) introduz o conceito de regime de informação - qualquer sistema ou rede que permite o fluxo de informação, através de estruturas específicas, de canais e produtores a consumidores, e este conceito passa a ser entendido como um elemento passível de ser utilizado como ponto de partida para a elaboração de políticas nacionais de informação. A partir de vários regimes de informação, pode-se pensar na discussão de uma política nacional de informação.

A partir desta sinalização, em linhas gerais, dos aspectos teóricos que formam um regime de informação é possível entender este enquanto uma rede formada por atores que interagem em uma estruturação hierárquica de poder.

Tal rede delimitada a partir da estrutura hierárquica de poder é formada através do contorno institucional possuindo viés discursivo na medida em que as instituições legitimam determinadas instâncias enunciativas em detrimento de outras. A validação faz parte de um jogo complexo em que decisões repercutem em escalas em relação as instâncias de poder.

Ou seja, trazendo tal configuração para o contexto da Ciência da Informação à nível nacional, é possível dizer que o conceito de regime de informação de Frohmann (1995), relaciona dinâmicas de poder propriamente discursivas, a partir do aporte institucional que começou a ser delineado na década de 70 com a criação do IBBD pela fundação Getúlio Vargas por incentivo da Unesco.

O IBBD pode ser caracterizado então como um carro chefe para a área em contexto nacional. A partir dele, pode-se dizer que a estruturação hierárquica de poder da área em contexto nacional começa a ser delineada.

O periódico *Ciência da Informação* é considerado um dos periódicos mais importantes da área e foi criado em 1972 pelo IBBD que no mesmo ano também incentivou que a Escola de Biblioteconomia da UFMG criasse a *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*.

Essa iniciativa por parte do órgão, IBBD, pode ser entendida como reflexo da criação do primeiro curso de mestrado em Ciência da Informação em 1970. Ou seja, a partir do momento em que são formados pesquisadores na área passam a ser necessários veículos para divulgar as pesquisas científicas da mesma.

De forma mais específica, a criação do primeiro curso de mestrado no IBBD que passou por diversas fases de maturação ao longo dos seus primeiros 25 anos (OLINTO, 1995) formaram o solo para tornar possível a ampliação das instâncias de validação científica no contexto da representação e organização do conhecimento a partir da criação da ISKO Brasil, GT2 do ENANCIB e dos programas de pós-graduação no Brasil que possuem linhas de pesquisa na temática: como IBICT, USP, UNESP, UNB, UFMG.

Percorrendo este trajeto de relação institucional e propriamente discursiva no contexto da Ciência da Informação, especificamente em relação aos estudos de organização e representação do conhecimento, torna-se fundamental caracterizar a ANCIB como quem deu condições para o nascimento da ISKO Brasil em 2007.

Acredita-se que a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação – ANCIB desempenha papel norteador que merece investigação discursiva na medida em que esta regulamenta a pesquisa em pós-graduação da área, conforme destacado em seu *website*:

As atividades da ANCIB estruturam-se em duas frentes: os Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, que são representados pelos seus coordenadores, e o Encontro Nacional de Pesquisa da Ancib (Enancib), fórum de debates e reflexões que reúne pesquisadores interessados em temas especializados da Ciência da Informação, organizados em Grupos de Trabalho. (ANCIB, 2015).

A frente representada pelo Encontro Nacional de Pesquisa da ANCIB constitui o evento de maior importância no país para os pesquisadores em Ciência da Informação. Os temas que circulam em seus grupos de trabalho formam a espinha dorsal da área que já contou com um total 14 encontros. Sua primeira edição foi sediada na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1994 e até o seu quarto encontro em 2000, não havia um grupo de trabalho destinado a discutir a epistemologia da área.

É possível dizer que a conjuntura histórica da Ciência da Informação no Brasil possui alicerces estruturados sob o viés institucional. Denominamos por instâncias de validação científica da Ciência da Informação no Brasil as instituições que caracterizam e até mesmo determinam a história da área no país.

Através da figura abaixo, torna-se possível notar uma relação estrutural de engendramento que há entre as instâncias de validação científica.

Figura 1 – Engendramento do regime de informação da área de organização e representação do conhecimento



Fonte: Elaborada pelos autores.

Tal relação não é aleatória representando uma série de decisões que foram tomadas e repercutiram posições na esfera de institucionalização da área. Sendo assim é possível dizer que tais órgãos funcionam como atores que formam um regime de informação da área de organização e representação do conhecimento em contexto nacional.

Estas características são discursivas e refletem o “jogo” que se remete à ação ideológica e às instituições que legitimam a atuação desta ideologia, na medida em que o discurso é uma instância que registra essa atuação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível pontuar que o conceito de Regime de Informação de Frohmann (1995) relaciona a perspectiva institucional com a discursiva. Ela torna possível a compreensão das instâncias de validação científica da Ciência da Informação no Brasil situadas enquanto atores que relacionam dinâmicas de poder da área no país.

Fica claro que a informação científica também se materializa através do viés institucional.

A relação engendrada entre os órgãos, caracterizada na figura 1 do trabalho, pode ser dita como pautada em dinâmicas de poder na medida em há a caracterização de instâncias de validação científica propriamente institucionais e discursivas que deram suporte para a maturação da Ciência da Informação no Brasil na década de 1990 e também marcam o início de um regime de informação para a área de organização e representação do conhecimento.

Buscou-se interligar a perspectiva institucional com a discursiva ao fazer um paralelo entre o conceito de “Regime de Informação” apresentado por Frohmann (1995) com o contexto brasileiro da Ciência da Informação à luz da matriz teórica da Análise do Discurso de origem Francesa. Entendeu-se que tanto a Análise do discurso de Matriz Francesa, quanto o regime de informação tratam do discurso impresso se atendo a determinado contexto.

Como resultado sinalizou-se através da figura 1, que o conceito de “Regime de Informação” de Frohmann (1995), em relação à Organização e representação do conhecimento, relaciona dinâmicas de poder que são discursivas a partir do aporte institucional dado pelo engendramento das instâncias de validação científica. Ou seja, a área.

Conclui-se que o conceito de Regime de Informação de Frohmann (1995) interliga a perspectiva institucional com a discursiva ao tornar possível a compreensão das instâncias de validação científica da Ciência da Informação no Brasil situadas enquanto atores que tornam possível a relação entre instâncias de poder na área.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. (ANCIB). **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.ancib.org.br/>>. Acesso em: 15 maio 2016.

BRANDÃO, N. H. H. **Introdução a análise do discurso**. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.

BRONCKART, J. P. **O agir nos discursos**: das concepções teóricas às concepções dos trabalhadores. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

CARVALHO, A, M, A. Novos enfoques no campo da Ciência da informação: uma discussão sobre a aplicabilidade do conceito de regime de informação em arranjos produtivos locais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.14, n. especial, 2009.

Disponível em: <http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S1413-99362009000400015&pid=S141399362009000400015&pdf_path=pci/v14nspe/a15v14nspe.pdf>. Acesso em: 01. jun. 2015.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FREGONEZI, J. A. “**Que casô era pro resto da vida, né?**” **Um olhar feminino: o processo discurso/memória**. Londrina: Edições Humanidades, 2002.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. ANNUAL CONFERENCE: CANADIAN ASSOCIATION FORMIN FORMATION, 23., 1995. **Anais...** Edmonton, Alberta: CAIS/ACSI, 1995. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.517.5320&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade**, v. 22, n. 3, 2012.

GUIMARAES, J. A. C.; DODEBEI, V. (Orgs). **Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade**. Marília: ISKO-Brasil: FUNDEPE, 2012. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/CEDHUM/livro-isko-brasil-finalizado.pdf>>. Acesso em 15 mar. 2016.

MAGNANI, M. C. B.; PINHEIRO, M. M. K. “Regime” e “Informação”: a aproximação de dois conceitos e suas aplicações na Ciência da Informação. **Liinc. Em Revista**, v. 7, n. 2, p. 593-610, 2011.

MUELLER, S. P. M. O periódico científico. In: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B.V.; KREMER, J. M. (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. cap. 5, p. 73-95.

OLINTO, G. Mestre em Ciência da Informação: 25 anos do curso do IBICT/UFRJ. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 143-147, 1995.

ORLANDI, E.L.P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni P. Orlandi [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1975. 317 p.

DIJK, T. A. V. **Some aspects of text grammar**. A study in theoretical linguistics and poetics. The Hague: Mouton, 1972.